



Agronegócio negocia linha de crédito para renegociar R\$ 180 bi em dívidas

Fazenda eleva para 4,5% estimativa de inflação com guerra e petróleo

Página 4

Aneel aprova R\$ 5,5 bi para reduzir conta de luz em 22 distribuidoras

Página 3

Enem terá inscrição automática para alunos do 3º ano da rede pública

O Ministério da Educação (MEC) anunciou que os alunos concluintes do ensino médio da rede pública terão inscrição automática no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A Portaria nº 422/2026, publicada hoje, prevê a inclusão do exame Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), visando aumentar a participação dos estudantes para uso do Enem no Saeb.

De acordo com o MEC, a inscrição automática já passa a valer para edição 2026 do Enem. O estudante concluinte, do 3º ano, serão inscritos a partir de dados encaminhados pelas redes de ensino.

O aluno terá apenas que confirmar a participação no exame e escolher a prova de língua estrangeira que deseja fazer, além de solicitar recursos de acessibilidade se necessários.

Com a novidade, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame, irá aumentar o número de locais de aplicação das provas do Enem em cerca de 10 mil escolas. Estima-se, conforme o ministério, que 80% dos alunos da rede pública façam as provas na própria escola em que estudam.

O ministério informou que já estuda apoio de transporte e deslocamento para aqueles estudantes que precisarem fazer o exame em outras cidades.

Com essas medidas, o MEC espera, pelo menos, que 70% dos concluintes das escolas públicas participem do Enem em 2026, consolidando o exame como parte importante da avaliação da educação básica. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens e pancadas de chuva à tarde. Muitas nuvens à noite, sem chuva



Fonte: Climatempo

DÓLAR

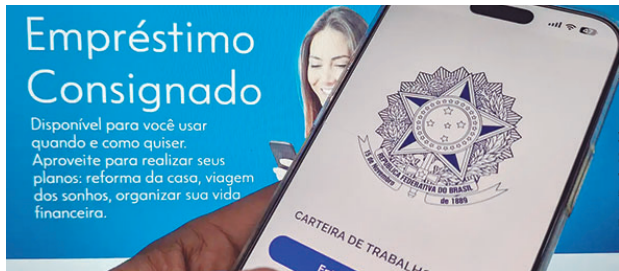
Comercial
Compra: 5,03
Venda: 5,03

Turismo
Compra: 5,06
Venda: 5,24

EURO

Compra: 5,84
Venda: 5,84

INSS passa a exigir biometria facial para empréstimos consignados



Página 3

A bancada do agronegócio negocia com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) uma linha especial para renegociar R\$ 180 bilhões em dívidas dos produtores rurais. A fonte de recursos pode incluir sobras do Plano Safra, dinheiro do Fundo Social do pré-sal, superávit de outros fundos administrados e operações protegidas pelo FGI (Fundo Garantidor para Investimentos).

O martelo será batido nesta semana, com a possibilidade de votação do pacote no Senado. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator

de um projeto de lei na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), definiu em seu relatório uma série de fontes que poderão abastecer essa linha de financiamento.

Nas últimas semanas, ele e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) estiveram duas vezes com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e técnicos da pasta para fechar um pacote.

A expectativa do agronegócio é que a renegociação de dívidas saia antes do lançamento do novo Plano Safra, previsto para junho. Página 3

Virada Cultural 2026 leva festas de rua com programação 24 horas ao Centro e às periferias

Página 2

Governo cria política de combate ao abuso de crianças e adolescentes

Página 8

A 11 dias do fim do prazo, 40% não enviaram declaração do IRPF

Página 4

Esporte

Felipe Drugovich conquista primeiro pódio na Fórmula E

O lendário Circuito de Mônaco é um lugar especial na carreira de Felipe Drugovich (GAV Resorts / Stilo). Foi lá que, em 2022, ele deu um passo importante para a conquista do título da Fórmula 2 ao vencer a prova principal da 5ª etapa da temporada.

Antes disso, um ano antes, Felipe Drugovich foi o 3º colocado em uma das corridas da 2ª etapa, mostrando – pela primeira vez – o quanto Mônaco teria forte ligação com o piloto de Maringá (PR).

E neste final de semana Felipe Drugovich viveu mais um momento muito positivo no Principado, agora na Fórmula E, a categoria mundial dos carros elétricos, que realizou mais uma rodada dupla, ago-

ra válida pela 9ª e 10ª etapa da temporada.

No sábado, depois de largar em 10º – e de mais uma vez classificar-se para os duelos na tomada de tempos –, Felipe Drugovich valeu-se da perfeita estratégia da equipe americana Andretti Fórmula E e terminou em 4º, muito próximo do pódio.

E no domingo, após classificar-se pela quarta vez consecutiva entre os 10 primeiros para os duelos na tomada de tempos, Felipe Drugovich garantiu o 5º lugar no grid de largada da 10ª etapa da Fórmula E.

A prova foi frenética e, com outra boa estratégia e pilotagem segura, Felipe Drugovich (GAV Resorts / Stilo) esteve sempre entre os primeiros colocados. O paranaense fez uma boa adminis-



Felipe Drugovich

tração da bateria de seu carro, acionou seus dois “Attack Mode” no momento correto e, após 28 voltas extremamente disputadas e equilibradas, foi o 2º

colocado para conquistar seu primeiro pódio na Fórmula E.

Depois de marcar seus primeiros pontos na 8ª etapa em Berlim, na Alemanha, e de figurar na zona

de pontuação nas duas corridas seguintes, em Mônaco, Felipe Drugovich subiu na classificação da Fórmula E e agora é o 12º colocado entre os 20 pilotos da categoria.

“O final de semana em Mônaco foi ótimo, começamos a melhorar e encaixar as coisas”, disse Felipe Drugovich. “O ritmo de classificação foi bom nos dois dias e na primeira corrida consegui entender bem o carro. Tive um ritmo ainda melhor nas duas provas, larguei bem, os Attack Mode foram na hora certa e por muito pouco não deu para ganhar. Estamos no caminho certo!”, finalizou.

A Fórmula E volta à pista em junho, em Sanya, na China, para a disputa de sua 11ª etapa.

AKSP Interlagos Trophy parte para a quarta etapa em festa

O Kartódromo de Interlagos irá receber na noite desta quinta-feira (21) o GP Paulistânia Marco Zero de São Paulo, válido como 4ª etapa do AKSP Interlagos Trophy, reunindo cerca de 100 pilotos nas categorias Mulheres em Ação, Sênior, Light, Graduados e Elite. Depois de três etapas os líderes são Lucimara Reimberg (Graduados) Arisedelly Santim (Novatas), Allan Félix (Sênior), Marcelo Soufía (Light), Elcio Lora (Graduados) e Henrique Morbi (Elite).

O campeonato AKSP Interlagos Trophy está bem disputado e equilibrado, com três vencedores diferentes nas categorias Sênior, Light, Graduados e Elite. Apenas no Mulheres em Ação há o breve domínio de Lucimara Reimberg, que

venceu as duas últimas etapas e está em busca do bicampeonato. A novidade desta etapa será a Ação Social. Vamos colaborar com o projeto Doutores da Atipalhaços, que atua com propósito social por meio do programa Educação, Saúde e Arte, levando acolhimento, conhecimento e alegria a famílias em situação de vulnerabilidade. Mensalmente, são montadas pela Atipalhaços cerca de 45 cestas básicas, destinadas a famílias de um bairro previamente escolhido, que é atendido ao longo de seis meses. Confirma a pontuação de cada categoria após a 3ª etapa do AKSP Interlagos Trophy: Mulheres em Ação – 1) Lucimara Reimberg (G) 72 pontos; 2) Arisedelly Santim (N), 51; 3) Rita Sanches (G), 48; 4) Mirna Lopes (G), 41; 5)

Beatriz Marsilli (N), 40; 6) Caroline Ferreira (N), 39; 7) Aurélia Freitas (G), 27; 8) Flávia Corrêa Manoel (N), 27; 9) Suzane Carvalho (G), 22; 10) Rebecca Machado (G), 19; 11) Carolina Mendes (N), 14; 12) Dulce Macedo (N), 14; 13) Thais Ribeiro (N), 13; 14) Claudia Leite (N), 11. Sênior – 1) Allan Félix, 63 pontos; 2) Valdo Gregório, 62; 3) Rodrigo Hergovich, 61; 4) Henrique Morbi, 55; 5) Jorge Filipe, 55; 6) Gerson Roschel, 45; 7) Ricardo Corrêa Manoel, 43; 8) Thiago Rocha, 32; 9) Roberto Guimarães, 26; 10) Ricardo Barros, 26; 11) Ronaldo Christófano, 13; 12) Wilson Siqueira, 12; 13) Carlos Marinho, 11; 14) Ed Gahr, 10; 15) Jorge Velasco, 9. Light – 1) Marcelo Soufía, 68 pontos; 2) Elvis Campos, 50; 3) Fernando de Assis, 48; 4) Anto-

nio Ferrara, 37; 5) Luis Henrique Pereira, 35; 6) Luiz Paulo Mario, 34; 7) Igor Farias Carvalho, 31; 8) Igor Souza Alves, 30; 9) Jefferson Celestino, 26; 10) Caique Figueiredo, 25; 11) José Dourado, 22; 12) Anderson Tanaka, 22; 13) Ricardo Barra Lima, 20; 14) Diego Santana, 19; 15) Ryan Corrêa Manoel, 17; 16) Dennis Cristo, 16; 17) Kevin Roberto Thiem, 16; 18) Luciano Braz, 15; 19) Pedro Escorre, 14; 20) Jonas Alves Neto, 14; 21) Larissa Sanjulgiano, 12; 22) Fernando Mateus, 10; 23) Francisco Pereira Jr, 9; 24) João Filippi Torres, 9; 25) Kaikê Vargas, 8; 26) Carlos Marinho, 7; 27) Victor Souza Silva, 4; 28) Ricardo Lopez, 6; 29) Guilherme Cardozo, 0. Graduados – 1) Elcio Lora, 67 pontos; 2) Luciano Bleker, 52; 3) Thiago Vargas, 49; 4) Felipe Gonçal-

ves, 47; 5) Paulo Daniel, 43; 6) Thiago Rocha, 42; 7) Arthur Camilini, 40; 8) Rafael Vilela, 32; 9) Luis Blanes, 32; 10) Giuliano Scullini, 29; 11) Bruno Furlan, 22; 12) Nicolas Colaneri, 15. Elite – 1) Henrique Morbi, 86 pontos; 2) Paulo Policeno, 72; 3) Allan Félix, 68; 4) Douglas Pecoraro, 54; 5) Rodrigo Parmezani, 52; 6) Valdo Gregório, 52; 7) José de Jesus, 40; 8) André Reis, 34; 9) Ricardo Barros, 33; 10) Gabriel Palmiro, 30; 11) Giovanni Guimarães, 21; 12) Jorge Roque, 17. Veja a programação do GP Paulistânia Marco Zero de São Paulo: 18h30 – Recepção aos pilotos; 19h30 – Briefing; 21h00 – Mulheres em Ação e Sênior; 21h30 – Light; 22h00 – Graduados e Elite; 22h45 – Pódios.

Detran-SP abre vagas extras em exame prático de moto até julho

O Detran-SP abriu 2,1 mil vagas para exames práticos de moto (categoria A) na capital. As provas serão realizadas ao longo de cinco sábados seguidos, entre o fim de maio e o começo de julho, das 8h às 13h, tanto para alunos de autoescolas quanto para aqueles que possuam veículo particular adequado para realização do exame. As vagas são disponíveis tanto para candidatos da capital como de outras cidades,

possibilidade implementada em março pelo Detran-SP.

O mutirão, que tem o objetivo de atender à demanda da cidade de São Paulo e região metropolitana, vai elevar em 17% o volume semanal de exames práticos da categoria A no período de realização, com a injeção de 420 novas vagas a cada sábado extra. As datas previstas são 30 de maio, 13, 20 e 27 de junho e 4 de julho.

“Esse movimento de realizar



Foto: Governo de SP/Divulgação

exames aos sábados procura atender ao candidato da categoria A que não tem tempo para o exame durante a semana, ampliando a possibilidade de ser atendido fora do horário comercial de segunda a sexta-feira. O intuito é dar a todos maior liberdade de escolha”, diz Eduardo Gomes, superintendente do

As datas previstas são 30 de maio, 13, 20 e 27 de junho e 4 de julho

Detran-SP na capital.

Na capital paulista, o Detran-SP realiza cerca de 500 provas de condução de moto por dia — atendendo a um total de 2.500 candidatos de segunda a sexta. Ao todo, na soma de todas as categorias de veículos, a capital paulista tem quase 10.000 candidatos em prova nas ruas todos os dias.

O agendamento para os exames extras está aberto no portal do Detran-SP. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Copa FIFA 2026 : ex-presidente do conselho do Santos Futebol Clube, o ex-vereador Celso Jatene já antecipando há que o jogador Neymar só não seria convocado pelo Ancelotti se estivesse afastado pelo departamento médico

PREFEITURA (São Paulo)

Copa FIFA 2026 : cristão católico e prefeito reeleito Ricardo Nunes segue rezando com fervor pra que o Palmeiras supere o trauma de não ter nenhum jogador convocado e conquiste o brasileiro, a Copa do Brasil, a Libertadores

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Copa FIFA 2026 : se estivesse vivo, o italo-brasileiro e deputado / presidente (1993 - 1994) Vitor Sapienza estaria muito bravo pelo fato do técnico italiano Carlo Ancelotti não ter convocado nenhum jogador do seu ex-Palestra

GOVERNO (São Paulo)

Copa FIFA 2026 : se estivesse vivo, o ex-governador Laudo Natel [foi presidente do São Paulo Futebol Clube] estaria muito bravo pelo fato do técnico Carlo Ancelotti não ter convocado nenhum jogador do time do Morumbi(s)

CONGRESSO (Brasil)

Copa FIFA 2026 : ex-presidente do Sport Club Corinthians e ex-deputado federal pelo Estado SP, Andrés Sanchez está muito bravo pelo fato do técnico Carlo Ancelotti não ter convocado nenhum jogador do seu clube do coração

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Copa FIFA 2026 : ex-governador (SP) e atual vice-presidente Geraldo Alckmin é torcedor do Santos Futebol Clube. Está muito feliz com a convocação do Neymar, apesar do presidente Lula achar que o jogador é um bolsonarista

PARTIDOS (Brasil)

Copa FIFA 2026 : o caso do Aldo Rebelo dizer que não sairá do Democrata Cristão pra dar lugar ao Joaquim Barbosa (STF) lembra o Pato [no Santos] se recusar a deixar o campo quando o então técnico Dorival Junior tentou trocá-lo

HISTÓRIAS

Ter Neymar Jr. convocado pra seleção brasileira nesta Copa FIFA 2026 [USA, México e Canadá] não é garantia de nada, assim como ter o técnico italiano Carlo Ancelotti não garante nada e um jovem presidindo a CBF também nada garante ...

ANO 34

Na imprensa [Brasil] desde 1993, a coluna [diária] de política do jornalista Cesar Neto recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (SP) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Lancem sobre ele toda a sua ansiedade, porque ele tem cuidado de vocês” 1 Pedro 5:7

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Virada Cultural 2026 leva festas de rua com programação 24 horas ao Centro e às periferias

Uma das atrações mais diversas da Virada Cultural 2026, que neste ano tem como tema “O Festival dos Festivais”, são as festas realizadas em praças e ruas da cidade, com programação contínua de 24 horas e uma ampla variedade de ritmos, que vão do eletrônico ao reggae, passando pelo forró, funk e samba.

Na Pista República, no sábado (23), a programação tem início às 18h com a Veneno Live, rádio dedicada à música eletrônica com sede no Centro de São Paulo. A meia-noite de domingo (24), o festival internacional Nyege Nyege assume o comando da pista, com apresentações de DJ Travella e De Schuurman.

As 3h, Edna Martinez apresenta um set que mistura ritmos africanos, caribenhos e árabes. Na sequência, às 4h30, Trepnado traz influências de house e disco music. Pela manhã, às 6h, o coletivo CENA SP promove apresentações em formato b2b. Encerrando a programação, a Gop Tun realiza discotecagem

das 12h às 18h.

A Pista República II recebe a Festa 0800, criada pelo duo Deekapz em 2022, em uma edição especial com foco em funk, música eletrônica e cultura de rua. O lineup reúne artistas como Akila, Carlos do Complexo, Chediak, Crosstalk, Deekapz, Delcu, D.Silver, Evhive, MC Moreira e Suelen Mesmo.

Entre meia-noite e 6h, o evento Showtauntum apresenta sets de techno acelerado e remixes, sob curadoria da DJ Clementaunt, eleita DJ do ano pelo Women’s Music. Das 6h às 12h, a gravadora Heels of Love assume a programação, seguida pela festa Sistema Criolina, das 12h às 18h, referência na cena musical há mais de duas décadas.

Na Pista do Café, a programação começa às 18h com a Escola de Mistérios. A meia-noite, a Pista Quente segue até as 6h, quando o coletivo CENA SP promove apresentações com repertório de DJ do mundo. Das 12h às 18h, a festa Veraneio reúne Dinho e Jean Pereira, representantes das segun-



Foto: Divulgação - Prefeitura de SP

da e terceira gerações de DJs da família Pereira, com foco em ritmos afro-brasileiros.

No Palco 24 de Maio, a festa Afrogroove abre a programação no sábado (23), às 18h. A meia-noite, a Fuego Dancehall traz sets e shows de dancehall, reggae e afrobeat, com participação de DJs e artistas convidados. As 6h, a Rotação Brasil apresenta samba-rock e samba-soul. Já ao meio-dia, a festa Mathosa, originária de Belo Horizonte, encerra a programação com repertório voltado à música africana.

A Pista Cine Arouche recebe as festas Bogota (18h), Desvio (0h), Minhoqueens (6h) e Coletiva Cesta de Versões (12h).

Fora da região central, a programação também se estende à zona leste, com o Palco Cidade Tiradentes, que recebe, no sábado (23), às 19h30, a Discopédia, com clássicos do rap, soul, R&B e samba-rock. Já no Largo São Francisco, o Palco Reggae recebe, às 8h, o coletivo 3 em 1 Gueto Sounds, tradicional equipe de som do Grajaú, na zona sul da capital. (Prefeitura de SP)

Governo amplia ensino técnico, melhora desempenho no Saesp e acelera investimentos em educação

A rede estadual de ensino de São Paulo registrou avanços em diferentes frentes da política educacional, incluindo desempenho de estudantes, expansão do ensino técnico, recomposição do quadro docente e investimentos em infraestrutura escolar. Os dados são da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) e abrangem resultados do Saesp 2025, evolução de matrículas no ensino técnico e execução de obras na rede.

No Saesp 2025, o desempenho em matemática no ensino fundamental teve crescimento nos 2º, 5º e 9º anos. Segundo a Seduc-SP, os resultados superaram os níveis observados no período pré-pandemia em parte dos indicadores. A taxa de presença dos estudantes, que era de 82,5% em 2023, chegou a 91,1%, o maior índice da série histórica. O número representa 300 mil alunos a mais em sala de aula todos os dias.

Estimativas feitas por especialistas no período pós-pandemia indicavam que a recomposição das aprendizagens poderia levar até 11 anos. Os dados mais recentes da rede estadual apontam recuperação mais acelerada em parte dos indicadores avaliados. “Os resultados mostram não só recuperação, mas consolidação de uma trajetória de melhoria da aprendizagem na rede”, afirmou o secretário da Educação, Renato Feder.

Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização

Na alfabetização, São Paulo recebeu pela primeira vez o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, na categoria Ouro, concedido pelo Ministério da Educação. A meta da Seduc-SP é que até o final deste ano, 90% das crianças do 2º ano do Ensino Fundamental sejam leitores fluentes ou pré-leitores.



Os números representam 300 mil alunos a mais em sala de aula todos os dias

Na área de recursos humanos, o governo estadual realizou o primeiro concurso para professores da rede após mais de 10 anos sem novas seleções para efetivos. Inicialmente foram previstas 15 mil vagas, mas mais de 17 mil professores já foram nomeados. Além disso, processos seletivos são realizados frequentemente a fim de assegurar professores em sala de aula durante todo o ano letivo.

Crescimento no ensino técnico

No ensino técnico, o número de estudantes passou de 35 mil em 2023 para 231 mil em 2026, um crescimento superior a seis vezes em três anos. A previsão do governo é alcançar 350 mil alunos em 2027. A expansão exige maior contratação de profissionais com formação técnica específica, em função da diversidade dos cursos e da atualização constante das áreas ofertadas. Atualmente, um processo seletivo está vigente para várias disciplinas e regiões do Estado. Os interessados devem se inscrever até 1º de junho no site

https://bancodetalentos.educacao.sp.gov.br/

Na infraestrutura, o governo executou R\$ 3,3 bilhões em obras em escolas estaduais em 40 meses. Foram 7.114 intervenções em 3.574 unidades escolares, distribuídas por 576 municípios. Atualmente, 1.100 obras estão em andamento.

Um dos destaques da gestão, segundo a Secretaria, é o avanço em climatização das escolas. As intervenções de infraestrutura térmica passaram a integrar de forma mais ampla o conjunto de obras da rede, com foco em conforto térmico em salas de aula, uma frente que a pasta ampliou de forma inédita no período recente. “Climatizamos mais de 1.100 escolas desde o início da gestão, quando eram menos de 100”, afirmou o secretário Feder. Neste mês, o governo investiu mais R\$ 170 milhões para a climatização. O valor vai contemplar outras 450 unidades.

As obras na infraestrutura das unidades incluem ainda reforma, melhorias de conectividade, laboratórios e adequações físicas das unidades escolares.

O uso de plataformas digitais nas escolas estaduais é definido pela Secretaria como ferramenta de apoio ao ensino. Os recursos, segundo a pasta, auxiliam no acompanhamento da aprendizagem e na organização das atividades escolares, em complemento e auxílio ao trabalho docente.

Até o final de 2025, os estudantes da rede estadual de ensino já haviam ultrapassado 2,5 bilhões de atividades nas plataformas educacionais.

Os 3 milhões de estudantes da rede estadual de ensino de São Paulo podem acessar até oito plataformas educacionais para apoiar o aprendizado e complementar o trabalho dos professores em sala de aula. São ferramentas de gamificação de aulas de matemática, redação e tarefas de casa com apoio de inteligência artificial, leitura de obras literárias para crianças, adolescentes e adultos, aulas de inglês e formação em tecnologia. Essas ferramentas apoiam o Estado a impulsionar seus resultados.

Entre as plataformas que favorecem o aprendizado e somam no desempenho dos estudantes, estão a Matific e a TarefaSP. A Matific, por exemplo, plataforma de matemática premiada internacionalmente, atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e usa jogos interativos, gamificação e IA para tornar o ensino lúdico, alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e focado na compreensão conceitual.

No ano passado, a plataforma australiana de aprendizagem em matemática foi a vencedora da categoria “Grandes Empresas” da primeira edição do Global EdTech Prize, prêmio organizado pela T4 Education. Na rede estadual de ensino, a plataforma está disponível gratuitamente para mais de 1,8 milhão de estudantes. (Governo de SP)

A gronegócio negocia linha de crédito para renegociar R\$ 180 bi em dívidas

A bancada do agronegócio negocia com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) uma linha especial para renegociar R\$ 180 bilhões em dívidas dos produtores rurais. A fonte de recursos pode incluir sobras do Plano Safra, dinheiro do Fundo Social do pré-sal, superávit de outros fundos administrados e operações protegidas pelo FGI (Fundo Garantidor para Investimentos).

O martelo será batido nesta semana, com a possibilidade de votação do pacote no Senado. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator de um projeto de lei na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), definiu em seu relatório uma série de fontes que poderão abastecer essa linha de financiamento.

Nas últimas semanas, ele e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) estiveram duas vezes com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e técnicos da pasta para fechar um pacote.

A expectativa do agronegócio é que a renegociação de dívidas saia antes do lançamento do novo Plano Safra, previsto para junho. O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, disse em abril que os recursos previstos no plano deverão ser recorde e com taxas de juros que viabilizem o acesso dos produtores. O atual, lançado em 2025, foi de R\$ 516,2 bilhões.

O governo vinha tentando evitar o uso de R\$ 30 bilhões do fundo do pré-sal e colocou à mesa R\$ 82 bilhões que sobram do atual Plano Safra. Calheiros manteve a previsão de uso do Fundo Social em seu relatório, tirou o limite de R\$ 30 bilhões, e incluiu a possibilidade de a linha de financiamento para o agronegócio ser alimentada por outros fundos administrados pela Fazenda, além de fundos constitucionais como do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FGO).

A principal solução defendida pelo agronegócio é a que inclui o FGI como lastro para as negociações. A viabilidade da proposta depende de o governo aceitar aumentar sua participação no FGI em R\$ 20 bilhões. "A gente conhece a dificuldade do governo, que é o [resultado] primário, ele tem um teto [de gastos], mas o governo tem que fazer alguma coisa", disse a senadora Tereza Cristina, vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

"Se ele coloca R\$ 20 bilhões nesse fundo para abastecer a geração de dívidas, esse valor a gente alavanca de sete até dez vezes", afirmou. Nas contas da senadora, se o governo aumentar sua participação no fundo, o volume de recursos negociados pelos bancos privados poderia chegar a até R\$ 200 bilhões.

O valor é superior ao que o agronegócio precisa de imediato e, por isso, é visto como uma resposta ideal pelo setor, pois serviria como solução de longo prazo, mirando também problemas futuros.

Pelos cálculos apresentados pela senadora, de uma carteira de empréstimos total ao redor de R\$ 880 bilhões, R\$ 170 bilhões são de créditos "estressados", que já venceram ou estão prestes a vencer. O pacote teria como alvo justamente essas dívidas de difícil pagamento.

Os R\$ 82 bilhões que a Fazenda propôs são "um valor interessante", na avaliação de Tereza Cristina. O problema, segundo ela, é que a maioria dos produtores rurais hoje não teria condições de acessar esse valor. Inadimplentes, eles ficariam fora das linhas de crédito rural.

Estimativa do setor é que apenas um terço dos produtores rurais endividados estão devendo para bancos. Segundo a vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, dois terços das dívidas estão fora do sistema

bancário, como contas atrasadas com revendas e com fundos.

O governo ainda não sinalizou se aceita o arranjo. Renan Calheiros vinha indicando ao que, se não houvesse acordo com a Fazenda, fecharia uma proposta com diversas possibilidades de financiamento para a renegociação e que, depois, o governo poderia avaliar até a possibilidade de veto.

O relatório apresentado na CAE partiu de um projeto de lei aprovado na Câmara em 2025, que liberava R\$ 30 bilhões das receitas do Fundo Social do Pré-Sal. Hoje, o setor já vê essa cifra como muito baixa, além de estar limitada às perdas com questões climáticas.

A proposta de Calheiros também estende a participação na linha de financiamento às operações contratadas até 31 de dezembro de 2025, que já estejam vencidas ou em vias de vencer. Outros pontos, como o prazo de pagamento em dez anos com três anos de carência e as taxas de juros de 3,5% a 7,5% foram mantidos como aprovados na Câmara. Se o projeto for aprovado na CAE do Senado, deve seguir para o plenário no dia seguinte e, depois, volta à Câmara para nova votação. (Folhapress)

Novas exigências de segurança para empréstimos consignados de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começaram a valer na terça-feira (19). Aposentados e pensionistas que solicitarem esse tipo de crédito terão que validar a operação por biometria facial, pelo aplicativo ou site Meu INSS.

Os empréstimos consignados são valores descontados diretamente do benefício. A "anuência biométrica" está prevista na Lei nº 15.327/2026, que teve o objetivo de aumentar a segurança dos cidadãos. A nova lei proíbe a contratação de consignado por telefone ou por procuração de terceiros.

Veja o que muda
1) A partir de agora, o beneficiário, quando solicitar o consignado, receberá a proposta no aplicativo Meu INSS com o status "pendente de confirmação".
2) A pessoa terá até cinco dias corridos para confirmar a operação por reconhecimento facial. Se o procedimento não for realizado dentro do prazo, o contrato é automaticamente cancelado.
3) Os beneficiários poderão ter mais tempo para pagar os empréstimos. O prazo aumentou de 96 meses para o limite de 108 parcelas (9 anos).
4) Depois de acertado o crédito, a pessoa pode começar a pagar depois de até três meses. (Agência Brasil)

INSS passa a exigir biometria facial para empréstimos consignados

Veja o que muda
1) A partir de agora, o beneficiário, quando solicitar o consignado, receberá a proposta no aplicativo Meu INSS com o status "pendente de confirmação".
2) A pessoa terá até cinco dias corridos para confirmar a operação por reconhecimento facial. Se o procedimento não for realizado dentro do prazo, o contrato é automaticamente cancelado.
3) Os beneficiários poderão ter mais tempo para pagar os empréstimos. O prazo aumentou de 96 meses para o limite de 108 parcelas (9 anos).
4) Depois de acertado o crédito, a pessoa pode começar a pagar depois de até três meses. (Agência Brasil)

Veja o que muda
1) A partir de agora, o beneficiário, quando solicitar o consignado, receberá a proposta no aplicativo Meu INSS com o status "pendente de confirmação".
2) A pessoa terá até cinco dias corridos para confirmar a operação por reconhecimento facial. Se o procedimento não for realizado dentro do prazo, o contrato é automaticamente cancelado.
3) Os beneficiários poderão ter mais tempo para pagar os empréstimos. O prazo aumentou de 96 meses para o limite de 108 parcelas (9 anos).
4) Depois de acertado o crédito, a pessoa pode começar a pagar depois de até três meses. (Agência Brasil)

Veja o que muda
1) A partir de agora, o beneficiário, quando solicitar o consignado, receberá a proposta no aplicativo Meu INSS com o status "pendente de confirmação".
2) A pessoa terá até cinco dias corridos para confirmar a operação por reconhecimento facial. Se o procedimento não for realizado dentro do prazo, o contrato é automaticamente cancelado.
3) Os beneficiários poderão ter mais tempo para pagar os empréstimos. O prazo aumentou de 96 meses para o limite de 108 parcelas (9 anos).
4) Depois de acertado o crédito, a pessoa pode começar a pagar depois de até três meses. (Agência Brasil)

Aneel aprova R\$ 5,5 bi para reduzir conta de luz em 22 distribuidoras

Consumidores de 22 distribuidoras de energia do país terão a conta de luz barateada. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou na terça-feira (19) as regras para devolver até R\$ 5,5 bilhões aos consumidores por meio de descontos nas contas de luz de clientes das regiões Norte e Nordeste, além do Mato Grosso e de partes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Segundo a agência, o objetivo é aliviar o valor das tarifas em regiões que possuem custos mais altos de geração e distribuição de energia, especialmente em áreas isoladas que dependem de usinas movidas a diesel.

O desconto médio estimado nas tarifas pode chegar a 4,51%, mas o percentual final ainda dependerá do valor total arrecadado e dos reajustes tarifários de cada distribuidora ao longo de 2026.

De onde vem

Os recursos virão de um encargo chamado Uso de Bem Público (UBP), valor pago pelas usinas hidrelétricas à União pelo uso dos rios para geração de energia elétrica.

Na prática, embora o pagamento seja feito pelas geradoras, esse custo acaba sendo incluído nas tarifas cobradas pelas distribuidoras e repassado aos consumidores.

Até o início deste ano, esse

pagamento era feito de forma parcelada pelas hidrelétricas dentro da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo usado para financiar políticas do setor elétrico.

Uma lei aprovada recentemente permitiu que as hidrelétricas antecipassem o pagamento dessas parcelas futuras com desconto de 50%. Em troca, o dinheiro arrecadado deverá ser usado para reduzir as tarifas de energia das áreas atendidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Como funcionará

A Aneel aprovou a metodologia de distribuição desses recursos entre as distribuidoras beneficiadas.

O critério busca equilibrar os efeitos dos descontos entre as concessionárias, levando em consideração o tamanho de cada mercado e os custos de energia em cada região.

Inicialmente, o governo estimava arrecadar até R\$ 7,9 bilhões com a antecipação do UBP. No entanto, nem todas as geradoras aderiram ao acordo. Das 34 empresas elegíveis, 24 aceitaram antecipar os pagamentos, reduzindo a previsão final para cerca de R\$ 5,5 bilhões.

O pagamento pelas hidrelétricas

está previsto para julho. Depois disso, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informará à Aneel o valor efetivamente arrecadado.

Só então a agência definirá os percentuais preliminares de desconto nas contas de luz.

Percentuais previstos

A Aneel trabalha atualmente com três cenários possíveis de desconto médio nas tarifas:

- arrecadação de R\$ 4,5 bilhões: redução média de 5,81%;
- arrecadação de R\$ 5 bilhões: redução média de 5,16%;
- arrecadação de R\$ 5,5 bilhões: redução média de 4,51%.

Segundo a agência, o percentual efetivo aplicado a cada distribuidora dependerá dos processos de reajuste tarifário ao longo do próximo ano.

Quem será beneficiado

A medida alcança consumidores atendidos por distribuidoras localizadas:

- nas regiões Norte e Nordeste
- no Mato Grosso
- em partes de Minas Gerais
- em partes do Espírito Santo

A política beneficia consumidores chamados de "cativos", que compram energia diretamente das distribuidoras e não participam do mercado livre de energia.

Desconto antecipado

Algumas distribuidoras começaram a utilizar parte desses recursos antes mesmo da arrecadação definitiva. As concessionárias da Neoenegria na Bahia e da Equatorial no Amapá pediram a antecipação dos valores durante seus processos tarifários.

As Amazonas Energia também recebeu R\$ 735 milhões da reaparcação. Segundo a Aneel, o reajuste médio aprovado para os consumidores da distribuidora ficou em 6,58%. Sem esse aporte financeiro, a alta chegaria a 23,15%.

Outras empresas ainda aguardam a liberação dos recursos para aplicar os novos descontos tarifários. Entre elas estão Enel Ceará, Roraima Energia, Energisa Rondônia e Energisa Acre.

Objetivo da medida

A Aneel afirma que a política busca reduzir o peso da conta de luz em regiões que possuem custos operacionais maiores e menor número de consumidores em comparação com outras partes do país.

Essas localidades costumam depender mais de geração térmica e de sistemas isolados, o que encarece a produção e a distribuição de energia elétrica.

Segundo a agência, o efeito dos descontos será incorporado gradualmente aos reajustes e revisões tarifárias das distribuidoras ao longo de 2026. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Quando a herança não precisa virar batalha: o cartório resolve

Por Nicholas Maciel Merlone

Seu Antônio tinha 71 anos, um sítio no interior, um apartamento na cidade e três filhos adultos. Faleceu numa terça-feira de março, deixando a família de luto — e um patrimônio a partilhar. O que poderia ter se transformado em anos de disputa judicial, fortunas gastas em honorários e feridas que nunca fecham foi resolvido em 47 dias corridos. Como? Por meio do inventário extrajudicial, realizado diretamente em cartório.

Muitas famílias desconhecem essa possibilidade e partem direto para o processo judicial, que pode durar vários anos. O percurso extrajudicial, quando cabível, é mais rápido, mais barato e muito menos desgastante. E, acima de tudo, preserva o que o falecido construiu: a família.

Para que o inventário seja feito em cartório, a lei exige três condições essenciais: 1) todos os herdeiros devem ser maiores e plenamente capazes; 2) deve haver consenso sobre a partilha — nenhum desentendimento admitido; e 3) é obrigatória a presença de um advogado assessorando os herdeiros, conforme o § 2.º do art. 610 do CPC. Esse último ponto merece atenção: não se trata de uma formalidade burocrática, mas de uma garantia real de que ninguém assina algo que não entende ou que lhe prejudica.

A família de Seu Antônio reuniu a documentação, contratou um único advogado para assessorar a todos e lavrou a escritura. Pagaram o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — o ITCMD, de competência estadual —, quitaram as custas cartorárias e cada herdeiro recebeu sua parte. Simples assim.

O custo é uma das maiores vantagens do procedimento. As custas seguem as tabelas fixadas pelos Tribunais de Justiça de cada estado, calculadas sobre o valor do espólio. Estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam economia de até 60% em relação ao processo judicial, considerando honorários advocatícios de cada parte, perícias, custas processuais e outros custos.

O prazo é outro fator crítico. A lei impõe ao espólio o dever de iniciar o inventário em até 60 dias a partir da abertura da sucessão, sob pena de multa de 10% sobre o ITCMD devido — percentual que alguns estados elevam ainda mais. No cartório, o procedimento pode ser concluído em dias ou semanas, a depender apenas da organização documental da família.

Mas talvez o maior benefício do inventário por cartório seja aquele que não aparece em nenhuma tabela de custas: a preservação dos vínculos familiares. O processo judicial, adversarial por natureza, tende a transformar irmãos em litigantes, cunhados em inimigos, lutos em batalhas. O cartório opera na lógica oposta — todos sentam do mesmo lado da mesa, com um único objetivo: honrar o que o falecido deixou.

Quando há harmonia entre herdeiros, patrimônio declarado e um advogado de confiança para orientar o processo, o cartório é, sem sombra de dúvida, o caminho mais humano, mais rápido e mais inteligente. A morte já cobra seu preço. O inventário não precisa cobrar outro.

Este artigo tem caráter informativo e ilustrativo e não substitui consulta jurídica individualizada e personalizada. Em caso de dúvidas sobre o inventário extrajudicial, procure um advogado especializado em direito sucessório! Fale comigo: (11) 98395-9794 (Whatsapp).

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor. Instagram: @nicholasmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Prazo para declaração anual do MEI termina em 31 de maio

Termina no próximo dia 31 de maio o prazo para a entrega da Declaração Anual Simplificada do Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI), referente ao ano-calendário de 2025.

A declaração pode ser enviada pelo App MEI ou pelo Portal do Empreendedor.

Quem precisa declarar?

A declaração anual do MEI é obrigatória para todos os empresários individuais que tenham sido optantes pelo SIMEI em qualquer período de 2025, mesmo que não tenham tido faturamento no ano. É o caso, por exemplo, de profissionais que deixam de prestar serviços como MEI



para trabalhar com carteira assinada.

A Receita Federal orienta que os microempreendedores façam a entrega dentro do prazo para evitar encargos e man-

ter a regularidade do CNPJ.

Multa

A entrega fora do prazo resulta em multa de 2% ao mês de atraso, limitada a 20% do

valor total dos tributos declarados, ou ao valor mínimo de R\$ 50. A multa é gerada automaticamente após a transmissão da declaração em atraso.

Como fazer a declaração

A DASN-SIMEI é realizada de maneira rápida no Portal do Empreendedor. O MEI deve informar o faturamento anual bruto de sua empresa, incluindo todas as vendas ou prestações de serviços realizadas em 2025. Pelas regras, o MEI não pode ultrapassar o limite de R\$ 81 mil de faturamento anual ou o proporcional mensal. Também é necessário informar se realizou a contratação de funcionário (no máximo um, de acordo com a legislação). (Agência Brasil)

Fazenda eleva para 4,5% estimativa de inflação com guerra e petróleo

Correios e Serasa fecham parceria para ampliar renegociação de dívidas do Desenrola

As mais de 10 mil agências dos Correios no país farão atendimento de renegociação de dívidas pelo Novo Desenrola Brasil. A parceria, fechada com a estatal e a Serasa e anunciada na segunda-feira (18), busca atender consumidores que enfrentam dificuldades nos canais digitais ou preferem atendimento físico.

Mais de 7,7 milhões de dívidas já estão disponíveis para negociação dentro do programa, com descontos que podem chegar a 90%. As condições oferecidas presencialmente serão as mesmas disponíveis no site e aplicativo da empresa. Para utilizar o serviço, o consumidor deverá comparecer a uma agência dos Correios com documento oficial com foto.

O Novo Desenrola Brasil 2.0 permite renegociar dívidas contratadas até 31 de janeiro de 2026 e atrasadas entre 90 dias e

dois anos, com juros limitados a 1,99% ao mês e parcelamento em até 48 vezes.

Para aproveitar as ofertas, consumidores podem consultar os canais oficiais da Serasa e negociar com descontos de forma online, no site, aplicativo oficial ou pelo Google Play e App Store ou pelo WhatsApp (11) 99575-2096. Nas agências dos Correios, o titular deve apresentar um documento oficial com foto. As ofertas e condições disponíveis nas agências são as mesmas que constam no site e aplicativo da Serasa.

Dados da Serasa mostram que o Brasil chegou a 83,3 milhões de consumidores negativados em abril, o equivalente a mais da metade da população adulta. Ao todo, os brasileiros acumulam 342 milhões de dívidas negativadas e o valor médio devido por pessoa chegou a R\$ 6.814,39. (Folhapress)

O Ministério da Fazenda elevou de 3,7% para 4,5% a projeção de inflação para este ano, levando a estimativa oficial ao limite máximo da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A revisão consta no Boletim Macrofiscal, divulgado na segunda-feira (18) pela Secretaria de Política Econômica (SPE) e reflete os impactos da guerra no Oriente Médio sobre os preços internacionais do petróleo. A estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 2,3% neste ano e em 2,6% para 2027.

O documento traz previsões para a economia que orientam a elaboração do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Previsto para ser enviado ao Congresso na sexta-feira (22), o relatório orienta a execução do Orçamento federal, com indicações de bloqueios (cortes) para cumprir os limites de gastos e contingenciamentos (congelamento de recursos para cumprir a meta de superávit primário).

Inflação revisada

Para a equipe econômica, a principal pressão veio da disparada do petróleo no mercado

internacional, que ultrapassou os US\$ 110 por barril em meio às tensões no Golfo Pérsico.

"A perspectiva de maior inflação no ano reflete, principalmente, desdobramentos do conflito no Oriente Médio sobre os preços do petróleo e seus derivados", informa a Secretaria de Política Econômica no relatório. O governo afirmou, porém, que parte desse impacto deverá ser amenizada pela valorização do real e por medidas adotadas para reduzir o repasse dos combustíveis ao consumidor.

"Parte do impacto do choque nos preços do petróleo será contrabalançada pelos efeitos do real mais apreciado, e por medidas mitigatórias adotadas pelo Governo Federal", destacou o documento.

Com a revisão, a projeção oficial ficou exatamente no teto do sistema de metas contínuas de inflação, que estabelece centro de 3% e intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%.

Para 2027, a estimativa de inflação também foi elevada, passando de 3% para 3,5%.

PIB mantido

Apesar da deterioração do

cenário inflacionário, o Ministério da Fazenda manteve em 2,3% a projeção de crescimento econômico para este ano. Para 2027, a expectativa também foi preservada em 2,6%, patamar que a equipe econômica projeta para os anos seguintes.

A avaliação da equipe econômica é de que o ritmo da atividade deverá desacelerar nos próximos trimestres em razão dos efeitos da política monetária restritiva, mas com retomada gradual no fim do ano.

"No primeiro trimestre, a projeção agregada também foi preservada, embora com alterações de composição; a indústria passou a contribuir menos, os serviços ganharam participação e a agropecuária manteve sua contribuição", informa a SPE.

O governo prevê desaceleração mais forte nos segundo e terceiro trimestres, seguida de recuperação parcial da indústria no fim do ano.

Mercado diverge

As estimativas do governo seguem mais otimistas do que as do mercado financeiro. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições fi-

nanceiras divulgada pelo Banco Central, os analistas projetam inflação de 4,92% neste ano e crescimento econômico de 1,85%.

A Secretaria de Política Econômica afirmou que acompanha os riscos internacionais, mas destacou a resiliência do mercado de trabalho brasileiro como fator de sustentação da atividade.

Ganho de arrecadação

A alta do petróleo também deverá reforçar as receitas do governo federal. De acordo com cálculos da Secretaria de Política Econômica, o choque nos preços da commodity pode elevar a arrecadação em cerca de R\$ 8,5 bilhões por mês.

O cálculo considera receitas provenientes de royalties, dividendos, Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Exportação ligados ao setor petrolífero.

"O ganho arrecadatório viabiliza uma resposta fiscal firme e responsável, aliada da política monetária e do compromisso com a consolidação em curso", destaca a SPE. (Agência Brasil)

A 11 dias do fim do prazo, 40% não enviaram declaração do IRPF

A 11 dias do fim do prazo, 40,3% dos contribuintes ainda não acertaram as contas com o Leão. Até às 18h59 da segunda-feira (18), a Receita Federal recebeu 26.262,79 declarações do Imposto de Renda Pessoa Física 2026 (ano-base 2025).

O número equivale a 59,7% do total de declarações previstas para este ano. Em 2026, o Fisco espera receber 44 milhões de declarações. Tradicionalmente, o ritmo de entrega aumenta nas últimas semanas do prazo.

Segundo a Receita Federal, 64,8% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, 19,8% terão que pagar Imposto de Renda e 15,4% não têm imposto a pagar nem a receber.

A maioria dos documentos foi

preenchida a partir do programa de computador (76,2%), mas 16,2% dos contribuintes recorrem ao preenchimento on-line, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nუმ da Receita), e 7,6% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda para smartphones e tablets.

Um total de 59,5% dos contribuintes que entregaram o documento à Receita Federal usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 55,4% dos envios.

O prazo para entregar a declaração começou em 23 de mar-

ço e termina às 23h59min59s de 29 de maio. O programa gerador da declaração está disponível desde 19 de março.

Quem não enviar a declaração no prazo pagará multa de R\$ 165,74 ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

As pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 35.584, assim como aquelas que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 177.920, são obrigadas a declarar.

As pessoas que receberam até dois salários-mínimos mensais em 2025 estão dispensadas de fazer a declaração, salvo se se enquadrarem em outro critério de obrigatoriedade.

A Receita também divulgou as estatísticas da malha fina. Se-

gundo o Fisco, do total de declarações enviadas até o fim da manhã da segunda, 1.410.027 foram retidas em malha fiscal, o que corresponde a 5,6% do total apresentado.

Percentual, informou a Receita, reforça a tendência de redução contínua nas retenções, conforme demonstrado na evolução ao longo das últimas semanas. Na primeira semana de entrega, esse percentual estava em 10,78%. Na semana passada, tinha caído para 5,93%.

Conforme o Fisco, os dados confirmam que, com o avanço do processamento das informações e a regularização de inconsistências por contribuintes e fontes pagadoras, o volume proporcional de retenções vem diminuindo gradualmente. (Agência Brasil)

Itaú e Bradesco colocam mais de 360 imóveis em leilões

Os bancos vêm ampliando o uso dos leilões como estratégia para acelerar a venda de imóveis retomados por inadimplência e reduzir estoques.

Parcerias entre bancos e leiloeiros colocam à venda mais de 360 imóveis em diferentes regiões do país no final deste mês, incluindo casas, apartamentos, terrenos e imóveis comerciais, com descontos que chegam a 63% sobre o valor de avaliação.

A Zuk, em parceria com o Itaú Unibanco, realizará, no próximo dia 26 de maio, um leilão com mais de 150 lotes distribuídos em 21 estados e no Distrito Federal. Os imóveis incluem opções residenciais e terrenos, voltados tanto a investidores quanto a compradores da casa própria.

O imóvel com maior abatimento é uma casa de 65 m² em Augusto Corrêa (PA), avaliada em R\$ 45,8 mil. Já o lote de maior valor é um galpão em Serra (ES), no bairro Jacuchy, ofertado por R\$ 2,13 milhões inicialmente.

Os preços no leilão variam a partir de R\$ 43,1 mil, valor inicial de um terreno de 749 m² em Timbaúba (PE). Parte dos imóveis aceita propostas, enquanto outros oferecem desconto adicional de 10% para pagamento à vista.

O Itaú Unibanco também abriu um leilão em parceria com a Fração Leilões, com 181 unidades espalhadas por estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul.

O portfólio é composto por 69 apartamentos, 97 casas, sete imóveis comerciais e oito terrenos. Os lances já estão liberados, e a habilitação se encerra em 25 de maio.

As condições de pagamento incluem modalidades parceladas de longo prazo, com entrada reduzida e saldo em até 78 parcelas. Em alguns casos, há opções com 20% de entrada e parcelamento em até 11 vezes sem juros ou correção monetária.

O imóvel mais caro desse leilão é um prédio comercial em Feira de Santana (BA), com 588 m² de área construída, lance mínimo de R\$ 1,18 milhão e possibilidade de desconto de 10% para pagamento à vista.

Já o imóvel mais barato é um apartamento de 55 m² em São Gonçalo (RJ), com lance mínimo de R\$ 41,8 mil.

Também em maio, a Zuk promove, em parceria com o Bradesco, um leilão com 36 imóveis residenciais, comerciais e terrenos em 18 estados.

A disputa será no dia 26 de maio, com desconto de 10% para pagamento à vista ou pagamento em até 48 vezes.

Nesse caso, o imóvel mais

barato é um terreno de 360 m² em Itapoaí (SC), com valor inicial de R\$ 8.000.

O lote mais caro é uma casa em Governador Valadares (MG), avaliada em R\$ 1,02 milhão.

Para participar, basta se cadastrar nos sites dos leiloeiros oficiais, consultar o edital do lote e fazer a oferta pelo imóvel desejado.

COMPRAR IMÓVEL EM LEILÃO?

1º passo: Cadastro no site do leilão

- Confira com a Junta Comercial do seu estado se o leiloeiro está devidamente credenciado

- Para evitar cair em golpe, fique atento ao domínio do site, que tem de terminar com ".com.br"

- Desconfie de portais com erros de ortografias e terminando com somente ".com" ou ".net"

- Leiloeiros e empresas gestoras de leilões não utilizam o WhatsApp e nenhuma outra rede social, como Facebook e Instagram, para fazer negociações ou receber lances

2º passo: Solicitação para participar dos leilões

- É hora de escolher o tipo de lote (casas, apartamentos, terrenos, fazendas entre outros) para dar o lance e solicitar a participação no leilão

- Em alguns casos, é possível dar lances em mais de um imóvel dentro do mesmo leilão, até a data e o horário de encerramento da operação

3º passo: Aquisição

- Se o seu lance for o maior quando o leilão for encerrado, o imóvel é seu

- O leiloeiro, pessoalmente e por email, dará todas as orientações sobre o pagamento

- Se o edital permitir o parcelamento e/ou financiamento, siga as regras do documento

4º passo: Processo de formalização do imóvel

- Para qualquer modalidade de pagamento, é preciso recolher o ITBI junto à prefeitura do município onde fica o imóvel. A alíquota varia de acordo com a cidade. E, depois, proceder com o registro, junto ao Cartório de Registro de Imóveis onde está matriculada a propriedade adquirida

- É preciso entregar os documentos solicitados como: RG/CPF, certidão de nascimento (ou, se for casado, certidão de casamento, RG e CPF do cônjuge); comprovante de residência, declaração de Imposto de Renda, extratos bancários dos últimos três meses e holerites dos últimos três meses (se assalariado) (Folhapress)

repleta a partir do programa de computador (76,2%), mas 16,2% dos contribuintes recorrem ao preenchimento on-line, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nუმ da Receita), e 7,6% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda para smartphones e tablets.

Um total de 59,5% dos contribuintes que entregaram o documento à Receita Federal usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 55,4% dos envios.

O prazo para entregar a declaração começou em 23 de mar-

Correios devem lançar novo PDV neste ano para cumprir metas da reestruturação

Os Correios devem lançar ainda neste ano uma segunda edição do PDV (Programa de Desligamento Voluntário), parte do plano de reestruturação para salvar as contas da empresa. A iniciativa surge após a primeira edição do programa ter uma adesão abaixo do esperado.

No programa deste ano, a participação de funcionários ao PDV atendeu a apenas 32% da meta estipulada pela diretoria. A previsão era ter 10 mil empregados desligados neste ano, 12,7% do atual quadro de pessoal dos Correios.

A informação foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha com fontes ligadas à reestruturação e com a assessoria de imprensa da

companhia.

O presidente da empresa, Emmanuel Rondon, já minimizou a adesão abaixo da meta ao PDV ao anunciar os resultados do plano de reestruturação.

Como mostrou a Folha, a empresa projetou uma economia de R\$ 1,4 bilhão para 2027, se a meta de 10 mil adesões ao PDV fosse atingida. Mas, segundo a estatal, a economia com os 3.181 desligados será equivalente a 40% da meta projetada.

"Está coerente com o que precisávamos. Temos 40% da economia projetada. Enxergamos um payback de cinco meses. Com o salário médio foi mais alto do que tínhamos projetado, o resultado deve ser maior", afirmou Rondon.

Atraso na subvenção do diesel pode reduzir importações, dizem empresas do setor

As vendas de diesel abaixo de um preço-teto estabelecido pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). Nas fases seguintes, são R\$ 1,52 por litro.

Araújo diz que as empresas já venderam o produto abaixo do preço de custo e precisam recuperar a perda. Em um navio de 50 milhões de litros, por exemplo, são R\$ 75 milhões que deixam de entrar no caixa dos importadores.

"Não é todo mundo que tem isso disponível no caixa", afirma o presidente da Abicom. "Já tem associado dizendo que vai ter que parar de importar."

As importações privadas ganharam relevância no abastecimento brasileiro, passando de cerca de 10% para cerca de 20% do volume total de diesel A (sem adição de biodiesel) vendido às distribuidoras de combustíveis no país.

Os programas de subvenção

foram anunciados pelo governo Lula em meio à escalada dos preços de petróleo devido à guerra no Irã.

De acordo com dados da ANP, as maiores empresas desse segmento dobraram os volumes comprados no exterior para compensar a saída da Petrobras das importações - a estatal preferiu focar em produzir diesel em suas refinarias.

"No fim do dia, quem está garantindo as importações são as empresas privadas", disse Araújo. "A falta de pagamento da subvenção pode reduzir importações e prejudicar o abastecimento nacional."

Procurada, a assessoria de imprensa da ANP não havia comentado o assunto até a publicação deste texto.

No início do mês, a agência disse que precisava concluir convênio com a Receita Federal para ter acesso a informações fiscais das empresas habilitadas a

receber a subvenção. Na semana passada, o Ministério da Fazenda disse que os dados já haviam sido liberados.

Incertezas em torno da subvenção ao diesel ainda deixam de fora do programa algumas grandes empresas de combustíveis do país, como as distribuidoras Ipiranga e Raizen, segunda e terceira maiores do segmento.

O governo vem recuando em medidas contra as empresas para tentar melhorar a atratividade, mas ainda não obteve sucesso. Na semana passada, por exemplo, reviu decreto que determinava a divulgação mensal de margens de lucro das distribuidoras.

Não há novas adesões ao programa de subvenção desde meados de abril. Até o momento 17 empresas se habilitaram para receber o ressarcimento sobre as vendas de diesel. Outras duas se habilitaram no programa do gás de cozinha.

Governo cria política de combate ao abuso de crianças e adolescentes

Lula sinaliza apoio a setores para redução da jornada 6x1



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a redução da jornada de trabalho será feita de forma colaborativa, com o governo federal atento às demandas específicas de cada setor econômico, de forma a beneficiar a sociedade como um todo.

A declaração foi feita após Lula ter recebido, em São Paulo, uma pauta de reivindicações da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), na terça-feira (19), durante a abertura do Encontro Internacional da Indústria da Construção (Enic).

“Não se escondam de fazer qualquer proposta para nós. A construção civil é imprescindível para o futuro deste país. Em qualquer momento histórico, ela é quem gera emprego com mais facilidade. É ela quem pode fazer as coisas acontecerem”, disse o presidente.

Especificidades de cada categoria

Na sequência, Lula disse que o governo estará atento às reivindicações relacionadas à redução da escala 6 por 1, que possibilitará, aos trabalhadores brasileiros, ter dois dias de des-

canso semanal.

“A jornada de trabalho vai ser aplicada levando em conta a especificidade de cada categoria. Ninguém vai impor isso na marra. É preciso respeitar a realidade de cada categoria, de cada profissão, de cada setor econômico, para fazer as coisas resultarem no benefício que nós queremos para a sociedade brasileira”, disse ele, na tentativa de transmitir segurança aos empresários do setor.

“Não fiquem assustados com o fim da escala 6 por 1. Isso é algo necessário, porque hoje o povo quer mais tempo para ficar em casa; quer mais tempo para o lazer; quer mais tempo para estudar e para namorar. Isso normal porque a sociedade tem avançado muito, com os avanços tecnológicos”, acrescentou.

Dirigindo-se aos empresários da construção civil, Lula disse que precisa deles para gerar empregos, bem como para construir casas e tocar obras de infraestrutura. “E vocês precisam de mim para fazer financiamento. É uma mão de duas vias. Eu dou e recebo, e vocês dão e recebem, porque, se não for assim, não funciona”. (Agência Brasil)

O Brasil passa a contar com diretrizes e estratégias padronizadas para enfrentar a violência contra meninos e meninas. A Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes começou a vigorar na terça-feira (19) em todo o país.

A Portaria nº 836 regulamentou o texto, a partir de dispositivos da Lei nº 14.811/2024, e estabelece os objetivos principais.

A política será implementada de forma descentralizada, com atuação conjunta da União, estados, Distrito Federal e municípios, e coordenada pelo ministério.

A norma, publicada no Diário Oficial da União pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, adota como base o princípio da proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e reforça a prioridade absoluta desse público nas ações do Poder Público.

A norma define os seguintes princípios:



proteção integral à criança e ao adolescente;
tratamento dessas pessoas como condição peculiar de desenvolvimento;
respeito à liberdade, dignidade e aos direitos humanos; privacidade, confidencialidade, sigilo e proteção da intimidade;
equidade e não discriminação;
responsabilidade compartilhada (família, sociedade e Poder

Público);
garantia de acessibilidade e inclusão.

As diretrizes da política incluem o enfrentamento de todas as formas de violência sexual, a prevenção como eixo prioritário e a não revitimização.

A estratégia também prevê atuação articulada entre áreas como saúde, educação, assistência social, segurança pública e justiça, além de considerar fatores como desigualdade social,

raça, gênero e deficiência.

Entre os objetivos, estão o fortalecimento das redes de proteção, a ampliação do atendimento especializado e a responsabilização dos autores das violências, com respeito aos direitos das vítimas.

A política também incentiva a produção de estudos e a avaliação de resultados das ações implementadas.

A portaria prevê ainda a execução de campanhas permanentes de conscientização, a formação de profissionais e o fortalecimento de centros de atendimento integrado, que concentram, em um só local, serviços de acolhimento e proteção às vítimas.

A governança da política ficará a cargo da Comissão Intersectorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, enquanto o Plano Nacional Decenal será o instrumento responsável por definir metas, prazos e indicadores das ações. (Agência Brasil)

Brasil tem nova opção de tratamento para câncer de mama mais agressivo



Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, na segunda-feira (18) uma nova

indicação terapêutica para o medicamento Enhertu (trastuzumabe deruxtecana).

Já registrado no Brasil para o tratamento de câncer de mama, o medicamento passa a ser usado em combinação com o pertuzumabe para o tratamento de primeira linha de pacientes com câncer de mama HER2positivo (IHC 3+ ou ISH+), a indicação é feita em duas situações desse tipo de câncer:

Inressecável - do tipo que não pode ser removido completamente por cirurgia metastático - quando a doença se espalhou do local original para outras partes do corpo.

O HER2positivo representa aproximadamente 20% dos casos de câncer de mama e está associ-

ado a um comportamento clínico mais agressivo, com maior risco de progressão da doença e pior evolução da doença, sobretudo nos estágios avançados ou metastáticos.

Apesar dos avanços terapêuticos, essa condição permanece incurável, configurando um importante problema de saúde pública.

De acordo com a Anvisa, a nova indicação foi fundamentada em estudo que demonstrou melhora clinicamente relevante e estatisticamente significativa na sobrevida livre de progressão. (Agência Brasil)

Fazenda define setores que relatarão emissão de gases de efeito estufa

A indústria pesada e os setores de petróleo e gás e transporte aéreo serão os primeiros segmentos que deverão informar as emissões de gases do efeito estufa no futuro mercado regulado de carbono brasileiro.

A lista consta da proposta preliminar apresentada na terça-feira (19) pelo Ministério da Fazenda. A medida integra a implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), modelo que pretende criar regras para monitorar, limitar e negociar emissões de dióxido de carbono no país.

Apresentada ao Comitê Técnico Consultivo Permanente (CTCP) do SBCE, a proposta prevê uma entrada gradual das empresas no sistema entre 2027 e 2031.

Inicialmente, as companhias terão apenas a obrigação de medir e relatar suas emissões, sem cobrança de taxas ou exigência imediata de redução dos gases poluentes.

Segundo o Ministério da Fazenda, a divisão por etapas busca permitir adaptação técnica e operacional dos setores mais intensivos em emissões.

Primeira etapa

A primeira fase começa em 2027 e inclui setores considerados grandes emissores de carbono: papel e celulose; ferro e aço; cimento; alumínio primário; petróleo e gás; refinado; transporte aéreo.

As empresas desses segmentos deverão iniciar processos de monitoramento, mensuração e reporte das emissões de gases do efeito estufa.

Segunda fase

A ampliação prevista para 2029 alcança novos segmentos industriais e de infraestrutura: mineração; alumínio reciclado; sinter elétrico; vidro; alimentos e bebidas; química; cerâmica; resíduos.

Terceira fase

A última etapa, prevista para começar em 2031, contempla os setores de transporte: transporte rodoviário; transporte aquavi-



ário; transporte ferroviário.

Como funcionar

O governo propôs um modelo de implementação gradual. Cada etapa terá duração de quatro anos.

No primeiro ano, as empresas deverão elaborar planos de monitoramento das emissões. No segundo e terceiro ano, haverá coleta e acompanhamento efetivo dos dados. Já o quarto ano será destinado à definição das regras de distribuição das cotas de emissão dentro do mercado regulado.

Durante esse período inicial, não haverá cobrança financeira nem obrigação de cortar emissões. A exigência será apenas relatar os volumes emitidos.

No futuro, empresas que emitirem mais de 10 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano terão de reportar obrigatoriamente suas emissões. Já aquelas que ultrapassarem 25 mil toneladas poderão ficar sujeitas a limites de emissão e à necessidade de compensações por meio de créditos de carbono.

Crerios técnicos

O Ministério da Fazenda informou que a definição dos setores levou em conta critérios como intensidade energética, volume de emissões, exposição ao comércio

internacional, capacidade de adaptação das empresas e viabilidade de monitoramento.

A proposta também baseou-se em referências de mercados regulados de carbono aplicadas em outros países.

Em nota, a secretária extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda, Cristiana Reis, afirmou que o modelo foi desenhado para permitir uma transição gradual da economia brasileira.

“A proposta de cobertura setorial é um passo essencial para a implementação do mercado regulado de carbono no Brasil. Ela foi construída a partir de critérios técnicos, diálogo com os setores e, particularmente, levando em consideração a realidade produtiva brasileira”, ressaltou.

Segundo a secretária, a intenção é combinar redução de emissões com manutenção da competitividade econômica.

“O objetivo é garantir uma transição gradual, previsível e baseada em evidências, criando as condições para que o país avance na descarbonização estimulando a competitividade da economia”, explicou.

Próximos passos

A proposta será analisada agora pelo Comitê Técnico Consultivo Permanente do SBCE, for-

mado por representantes do governo, setor produtivo, academia e sociedade civil.

Depois dessa fase, o texto deverá passar por consulta pública em julho.

A previsão do governo é publicar a regulamentação final ainda em 2026, para início da implementação em 2027.

O que é

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões é o mercado regulado de carbono criado pelo Brasil para incentivar a redução de gases de efeito estufa.

Na prática, o sistema funcionará como um mecanismo econômico de controle das emissões. Empresas que ultrapassarem determinados limites poderão ter de comprar créditos de carbono para compensar o excesso de poluição, enquanto companhias mais eficientes poderão negociar esses créditos no mercado.

Segundo o governo, o sistema atingirá principalmente grandes emissores, representando menos de 0,1% das empresas brasileiras.

A legislação também prevê que 75% dos recursos arrecadados futuramente sejam destinados à adaptação tecnológica e à transição ambiental das próprias empresas participantes. (Agência Brasil)

AGU diz ao STF que Lei da Dosimetria é inconstitucional



A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu na terça-feira (19) a inconstitucionalidade da Lei da Dosimetria, norma que permite a redução das penas dos réus que foram condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), o órgão também opinou pela manutenção da suspensão da aplicação da lei.

O parecer foi solicitado pelo ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu a aplicação da lei até decisão final da Suprema Corte sobre a constitucionalidade da norma.

A AGU disse que a promulgação da Lei da Dosimetria pelo Congresso representa um “retrocesso institucional”.

Para o órgão, os atentados contra a democracia devem receber a resposta firme diante da gravidade das condutas.

“A Lei nº 15.402/2026 padece, ainda, de múltiplas e graves incompatibilidades materiais com a Constituição da República, especialmente porque enquanto o constituinte originário buscou estabelecer travas severas na direção da defesa da democracia, o diploma legal impugnado, em sentido oposto, inclina-se a beneficiar aqueles que tentaram e poderão tentar subvertê-la”, afirmou a AGU.

Pelo menos três ações contestam no Supremo a deliberação do Congresso, que, no mês passado, derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei da dosimetria.

As ações foram protocoladas pelas Federações PSOL-Rede, Federação PT, PCdoB e PV e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A expectativa é que as ações sejam julgadas neste mês pelo plenário da Corte. (Agência Brasil)